

Sugestões para discutir objetivos do questionário do próximo Censo Agropecuário

Este texto tem como objetivo apresentar sugestões iniciais para discutir alguns objetivos do próximo Censo Agropecuário (CA) com base na experiência dos censos de 2006 e 2016/2017.

Considerando que as atividades preparatórias para a realização do próximo CA em 2026 estão em andamento, é importante iniciar a discussão sobre o seu conteúdo. Isso pode ser feito tomando como base o questionário do CA 2017¹ e suas elaborações prévias, até que o IBGE divulgue a sua proposta de questionário e o calendário de consulta aos usuários dos dados censitários.

Um dos princípios fundamentais do CA é a busca pela manutenção de uma coerência das suas características, com a intenção de seus resultados serem comparáveis ao longo do tempo em diferentes territórios, inclusive fora do País. Isso coloca o desafio de inovar no seu conteúdo sem perder as séries temporais mais longas, considerando que as entrevistas têm duração limitada, em função das despesas que elas geram, e da qualidade das informações a serem obtidas.

Assim, é fundamental estabelecer prioridades para a alteração do questionário, uma vez que a margem para isso depende das condições orçamentárias e financeiras e dos interesses de outras partes, governamentais e não governamentais.

Para estabelecer de prioridades para o conteúdo propriamente dito é interessante pensar em objetivos gerais a serem alcançados e, em seguida, nas propostas de redação de cada proposta. As sugestões de objetivos gerais prioritários e as respectivas justificativas são:

1. Manter e aperfeiçoar as variáveis necessárias para identificar o Estabelecimento da Agricultura Familiar, conforme a Lei nº 11.326, de 2006 e o Decreto nº 9.064, de 2017

Justificativa: É fundamental dar sequência à série de dados iniciada no CA 2006. É possível fazer ajustes para aperfeiçoar a identificação de quilombolas, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, extrativistas e aquicultores.

2. Identificar diferentes tipos de territórios de interesse

Para obter maior detalhamento da produção de dados é importante delimitar diferentes tipos de territórios, além dos mais comuns (Município, Unidade da Federação, Regiões Geográficas e Grandes Regiões) e de outros já em uso (Amazônia Legal, Semiárido, Faixa de Fronteira, Matopiba, Regiões Rurais, Territórios de Identidade, Territórios da Cidadania, etc.). Desde 2021/2022 as Terras Quilombolas e as Terras Indígenas estão reconhecidas como tipologias (recortes) geográficas legais, o que não ocorre com os projetos de assentamento sob gestão do INCRA e as Unidades de Conservação ambiental. A criação do recorte por Região Hidrográfica e respectivas Bacias também é oportuno.

3. Identificar as políticas públicas de maior interesse

O CA 2017 incluiu uma ou mais questões específicas sobre várias políticas públicas, especialmente quanto as rendas e receitas por elas geradas (Pronaf, Proagro Mais, Garantia Safra, Terra Sol, Proinf, Fomento Produtivo, etc.). É importante verificar quais delas devem ser mantidas, atualizadas ou incluídas, como por exemplo, Bolsa Família, Aquisição de Alimentos (PAA), Cisternas e outras.

¹ Ver https://censoagro2017.ibge.gov.br/downloads/censoagro2017/Quest_Censo_Agro_2017_Valores_10042017.pdf

4. Facilitar a integração de dados censitários com outras pesquisas e registros administrativos

É importante pensar o CA como parte de um conjunto de possibilidades de obtenção de dados que incluem outras pesquisas e registros administrativos mantidos por vários órgãos². Os dados censitários e os registros administrativos devem ser vistos como complementares e não como excludentes. Eles são resultado de operações com diferentes objetivos, conceitos e métodos, em que uma pode alimentar e/ou criticar a outra. Os Censos são uma oportunidade privilegiada para dimensionar todo o universo dos registros administrativos.

O CA 2017, por exemplo, perguntou sobre o CPF e a DAP do produtor(a) e o CAR do estabelecimento, mas houve dificuldade para obter essas informações.

5. Aperfeiçoar a identificação dos estabelecimentos da reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais em Unidades de Conservação e Florestas Públicas no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)

Embora os projetos de assentamento, as unidades de conservação e as florestas públicas constituam terras sob domínio e gestão do Estado, eles não se incluem entre as tipologias (recortes) geográficas do IBGE. Para isso é preciso que os seus limites (poligonais) sejam conhecidos com precisão, de modo a formarem setores censitários próprios, discriminados no CNEFE. É preciso também que sejam conhecidos os domicílios que integram cada estabelecimento agropecuário, de modo a serem considerados como tais nas várias pesquisas realizadas pelo Instituto.

6. Manter as variáveis e critérios que tratam da codificação do estabelecimento (casal) e da caracterização do cônjuge do(a) produtor(a) (sexo, cor ou raça, alfabetização, escolaridade)

É fundamental dar sequência à série de dados iniciada no CA 2017, que permitiu refletir com maior qualidade os processos de tomada de decisão nos estabelecimentos, marcados por desigualdades de gênero e geração³. Os resultados revelaram particularidades importantes nos estabelecimentos dirigidos pelo casal e deu visibilidade à participação de mulheres nas atividades agropecuárias.

Além dessas prioridades é possível destacar a importância dos seguintes objetivos:

7. Identificar a influência das cidades nos fluxos agropecuários do estabelecimento

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC)⁴ realizada pelo IBGE procura estabelecer níveis hierárquicos de cidades com base no conhecimento dos relacionamentos entre elas quanto aos fluxos de bens, serviços e gestão. A pesquisa é feita junto aos Municípios, sem que se tenha outra fonte de dados sobre, por exemplo, locais de destino da produção, de origem dos insumos e das máquinas e dos serviços utilizados pelos(as) produtores(as).

² São exemplos de registros administrativos: o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF/DAP), o Cadastro Único, o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), a Relação de Beneficiários de Projetos de Assentamentos, organizado pelo SIPRA/INCRA, os cadastros de imóveis rurais (SNCR/INCRA), o Cadastro Ambiental Rural (CAR/MGI), o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (MAPA), os Cadastros de Rebanhos, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e outros.

³ Ver: FAO. **Agri-Gender Statistics Toolkit for Central Asia and Turkey**. Disponível em <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/i5769e>

⁴ Ver: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>

8. Caracterizar o espaço doméstico dos(as) produtores(as)

Embora tenha um papel relevante no funcionamento geral dos estabelecimentos agropecuários, especialmente os familiares, que constituem a grande maioria do País, o espaço doméstico dos(as) produtores(as) é pouco conhecido pelas pesquisas oficiais. O CA 2017 não considerou os vários tipos de trabalho realizado no domicílio e estabeleceu limites para o detalhamento de pequenas lavouras e criações, geralmente realizadas por mulheres em espaços próximos aos domicílios, como “quintais” e “roçados”. Também não permitiu caracterizar o artesanato e identificar a produção da “agroindústria rural” que é realizada exclusivamente no domicílio, sem instalação específica para o beneficiamento ou transformação dos produtos e nem individualizou a transformação e/ou beneficiamento de fibras e sementes. Essas atividades poderiam caracterizar sub-explorações do estabelecimentos.

9. Caracterizar as pessoas com vínculo de parentesco com o(a) produtor(a) que trabalham no estabelecimento

Para o CA 2017, o Fórum de Usuários aprovou a inclusão de questões com o objetivo de conhecer as formas de reprodução do estabelecimento por meio das caracterização de todas as pessoas com vínculo de parentesco com o(a) produtor(a) que trabalhavam no estabelecimento quanto ao sexo, cor ou raça, alfabetização, escolaridade, idade, remuneração, grau de parentesco de e atividades realizadas por cada uma delas, inclusive os afazeres domésticos. As questões foram testadas na Prova Piloto (“Quadro 10”), mas depois foram retiradas em virtude da insuficiência de recursos orçamentários.

10. Identificar as atividades realizadas no estabelecimento e fora dele por pessoas com vínculos de parentesco com o(a) produtor(a)

A versão final do questionário do CA 2017 também não permitiu identificar todas as formas de trabalho realizadas por pessoas com vínculo de parentesco com o(a) produtor(a) e qual o sexo de quem as realiza. Entre os trabalhos não investigados estão aqueles relacionados aos cuidados de pessoas, os afazeres domésticos e o trabalho voluntário, também chamados pelo IBGE de “outros trabalhos”. Há pesquisa complementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) com esse objetivo, mas que não atende às especificidades dos estabelecimentos agropecuários.

11. Identificar as pessoas com vínculos de parentesco com o(a) produtor(a) residentes no estabelecimento agropecuário, independente da sua ocupação

O atual CA apurou somente o número de pessoas com ocupação no estabelecimento agropecuário. Isso tende a dificultar o melhor entendimento das estratégias familiares para melhorar a sua condição de vida, que podem combinar diferentes tipos rendas e receitas e trabalhos não agrícolas e/ou não remunerados.

12. Dar visibilidade às despesas e às receitas não monetárias

O CA 2017 pesquisou vários tipos de despesas e receitas obtidas nos estabelecimentos, algumas das quais não envolveram trocas monetárias, como por exemplo, doações e ajudas voluntárias (mutirões, trocas de serviços e de bens, etc.). No entanto, não foi possível dimensioná-las. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE, por exemplo, mensura formas não monetárias de aquisição alimentar domiciliar.

13. Identificar a diversidade produtiva nos estabelecimentos

Embora o CA pesquise diferentes atividades econômicas (agropecuárias e não agropecuárias), os estabelecimentos são classificados segundo a atividade que gera maior valor e outros critérios, sem que se possa identificar situações “mistas”, como por exemplo, aquelas que combinam a exploração de lavouras e criações, a pesca, o agroturismo e o extrativismo, e a participação de cada atividade em termos de valor produzido. A visibilidade dessas situações pode ter impacto direto sobre a caracterização do trabalho de mulheres. Ela pode ser obtida por alteração do questionário e/ou pela revisão da variável derivada sobre o grau especialização do estabelecimento, que em 2017 incluiu três categorias (muito especializado, especializado, diversificado).

14. Identificar e caracterizar sistemas produtivos complexos

Embora o CA pesquise a adoção de práticas agrícolas com um grande número de opções para resposta, não é possível identificar e caracterizar sistemas produtivos complexos, que combinam diferentes tipos de explorações (lavoura, pecuária, extrativismo) em um mesmo espaço, como por exemplo, por meio de cultivos associados ou intercalados, ou de práticas tradicionais, como a coivara e o pousio, ou de outras práticas agroecológicas. Essa situação é especialmente importante nas áreas com sistemas agroflorestais/ integração lavoura-pecuária, que são identificadas no Censo.

15. Dar visibilidade à diversidade das relações de trabalho

Embora o CA pesquise diferentes formas de ocupação no estabelecimento, não é possível conhecer, por exemplo, o número de trabalhadores(as) e de pessoas não remuneradas que estavam subordinados à pessoa que dirigia o estabelecimento e que executavam tarefas mediante somente a concessão de parcela de terra para cultivo ou criação própria.

16. Identificar a diversidade de condições legais do(a) produtor(a) em relação às terras

Embora o CA pesquise diferentes condições do(a) produtor(a) em relação à terra (proprietário(a), arrendatário(a), ocupante, etc.), os estabelecimentos são classificados segundo o tipo predominante, sem que se possa identificar situações “mistas”, como por exemplo, aquelas que combinam a exploração terras próprias e arrendadas. Essa visibilidade pode ser obtida pela criação de variável derivada própria para essas tipologias.

17. Identificar temas novos ou insuficientemente tratados nos censos ou em outras pesquisas

Entre os temas relevantes não tratados ou insuficientemente tratados nas pesquisas podem ser destacados:

(a) Uso de agrotóxicos e outras práticas de controle de pragas, doenças e plantas invasoras

Embora proposta para o CA 2017, não foi possível realizar uma pesquisa abrangente sobre os agrotóxicos que incluísse as formas de recomendação de uso, tipos de produtos, modo de aplicação, uso de equipamentos de proteção individual, destinação de embalagens vazias, uso de outras práticas para controle de pragas, doenças e plantas invasoras e os efeitos da aplicação, inclusive casos de intoxicação.

(b) Produção para próprio consumo

No CA a estimativa do consumo da produção no próprio estabelecimento só pode ser feito de forma indireta (produção menos venda). O IBGE realiza pesquisa suplementar da PNADC sobre o trabalho para próprio consumo como parte dos estudos sobre “outras formas de trabalho”. A

pesquisa, no entanto, pode ser aperfeiçoada para contemplar especificidades dos estabelecimentos agropecuários familiares.

(c) Sensação de segurança

De uma forma geral, as perguntas do CA estão voltadas para características mensuráveis ou observáveis dos estabelecimentos, dos(as) produtores(as) e das suas explorações. Mas existem outros tipos de perguntas, como aquelas que visam conhecer a percepção dos(as) produtores(as) sobre algum tema.

O IBGE realiza pesquisa suplementar da PNADC sobre sensação de segurança, com ênfase em aspectos institucionais (órgãos de segurança pública) e pessoais. Existem pesquisas periódicas internacionais para medir as percepções dos direitos de propriedade e posse da terra⁵, que podem auxiliar a elaboração de questões específicas, especialmente quanto às ameaças à permanência na terra.

Entre os temas que ganharam maior relevância a partir de 2015/2017 e que devem ser incorporados às pesquisas podem ser destacados:

(d) Perdas e danos por eventos climáticos (extremos ou não)

Entre as várias possibilidades de análise dos efeitos das mudanças climáticas sobre as populações e a agropecuária e para a elaboração de políticas para redução de riscos, a FAO tem trabalhado a quantificação de perdas e danos por eventos climáticos extremos⁶. Outras abordagens complementares são possíveis, inclusive sobre eventos não extremos e as percepções dos(as) produtores(as) e administradores(as) a respeito dessas transformações (causas, perspectivas, etc.) na biodiversidade e disponibilidade de acesso a recursos hídricos, entre outros aspectos.

(e) Agroambiente

Em sintonia com análises e orientações nacionais e internacionais, o CA tem incorporado progressivamente temas relacionados ao chamado “agroambiente”, como por exemplo, a identificação de terras degradadas (erodidas, salinizadas, desertificadas), lavouras e criações orgânicas, práticas agrícolas conservacionistas e a proteção dos recursos hídricos. É possível ampliar esse universo com questões sobre a qualidade hídrica (contaminações), a existência de espécies exóticas invasoras (animais e vegetais), a perda da diversidade biológica (fauna e flora silvestres) e as formas de energia utilizadas, entre outras. Existem iniciativas da FAO e da OCDE⁷ a esse respeito.

(f) Tecnologias de Informação e Comunicação digitais e outras tecnologias

Os dois CA mais recentes incluíram a investigação sobre o acesso à internet, mas o uso de tecnologias de informação e comunicação digitais nas atividades dos estabelecimentos ainda não possui uma pesquisa abrangente que inclua as suas várias dimensões para a produção, transformação e comercialização de produtos. Essas tecnologias incluem o uso de equipamentos de posicionamento preciso, sensores, drones, softwares para gestão, Inteligência Artificial e outros. Existem discussões a esse respeito no âmbito da UNCTAD, sem considerar, porém, as especificidades da agropecuária⁸. Além delas, podem ser destacadas outras tecnologias, como por

⁵ Ver: <https://www.prindex.net/>

⁶ Ver: <https://www.fao.org/food-agriculture-statistics/capacity-development/damage-and-loss/en/>

⁷ Ver: https://www.oecd-ilibrary.org/fr/agriculture-and-food/oecd-compendium-of-agri-environmental-indicators_9789264186217-en

⁸ Ver: https://unctad.org/system/files/official-document/dtlstict2021d2_pt.pdf

exemplo, para automatização de máquinas, manipulação de embriões e nutrição animal, especialmente em confinamentos.

Sugestões de procedimentos

Definidos os principais objetivos, é útil organizar a discussão do questionário separando inicialmente as questões e as respectivas respostas que devem ser mantidas das que necessitam ser criadas ou alteradas. A propostas de criação ou de alteração de questões pode ser organizada segundo os grandes temas. Nos dois censos agropecuários mais recentes, o número de grandes temas (quadros) tem sido praticamente o mesmo. Eles incluem as características dos estabelecimentos, dos(as) produtores(as), dos(as) trabalhadores(as), atividades (lavouras, pecuária, extração vegetal, etc), formas de financiamento e de receitas e outros.

A organização das sugestões de mudança do questionário por tipo de alteração facilita a compreensão do efeito delas sobre o tamanho do questionário e o tempo de entrevista por estabelecimento. Esses tipos podem ser: supressão de pergunta e resposta; nova redação para pergunta e resposta; nova redação para resposta; nova pergunta e resposta.

A supressão de pergunta pode ocorrer, por exemplo, pela sua menor relevância em relação a outros temas, pelo elevado número de “não respostas” no censo anterior, ou pela baixa demanda das pessoas usuárias de dados para realizar tabulações especiais.

A justificação de cada uma das sugestões feitas requer ainda estudos sobre os aspectos institucionais (legislação e atribuições governamentais) e sobre as melhores definições e conceitos a serem utilizados, o que poderá ser feito a partir das contribuições da FAO (Censo Agropecuário Mundial 2020)⁹, da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS¹⁰, Conjunto Global de Estatísticas e Indicadores de Mudanças Climáticas, etc.) e da OCDE, entre outros, não necessariamente se limitando a elas.

Vicente de Azevedo Marques
Gepad/PGDR/UFRGS

Andrea Butto Zarzar
UFRPE

Miriam Nobre
SOF

Caio Galvão de França
Gepad/PGDR/UFRGS

Mauro Eduardo Delgrossi
UnB

Karla Ribeiro Hora
UFG

Em 25 mai 2024

⁹ Ver: Programa Mundial del Censo Agropecuario 2020 (2 volumes), disponível em: <https://www.fao.org/world-census-agriculture/wcarounds/wca2020/es/>

¹⁰ Ver: <https://www.fao.org/sustainable-development-goals-data-portal/data/>